

Atenção à dívida estadual

Dívida pública

por Teodomiro Braga
de Belo Horizonte

Abandonando sua habitual discrição, o secretário da Fazenda de Minas, João Heraldo de Lima, alerta para a gravidade da dívida mobiliária dos estados e critica duramente a "inércia" do governo federal diante do problema. "A situação em vários estados é insustentável. É preciso fazer uma reflexão mais profunda sobre o assunto, sob o ponto de vista da própria existência da Federação", diz João Heraldo, acrescentando: "Temos que encarar essa questão, tirar o governo federal da inércia e achar uma solução de longo prazo. Não se pode prosseguir do jeito que está".

A saída, segundo o secretário da Fazenda de Minas, seria colocar o problema da dívida mobiliária dos estados em novas bases e incluí-lo numa reforma profunda das finanças públicas. Ao contrário disso, ataca ele, o governo apresentou uma reforma tributária "limitada", que tira recursos dos estados. "Não podia haver momento mais inadequado para se propor uma reforma tributária dessa. O governo federal não pode mais agir como tem feito", reclama João Heraldo.

É absolutamente indispensável fazer uma reforma tributária que leve em consideração esse problema", insiste o secretário, defendendo uma mudança geral de mentalidade diante da dívida mobiliária dos estados. "Não dá mais para soluções tópicas, empurrar com a barriga através de remendos aqui ou acolá, que não vão levar a nada". Segundo João Heraldo, o crescimento indiscriminado da dívida mobiliária dos estados, além de inviabilizar as administrações estaduais, também poderá comprometer o programa de estabilização da economia.

No caso específico de Minas, ilustra ele, a situação piorou enormemente



João Heraldo de Lima

desde o final do ano passado, quando a dívida mobiliária do estado somava R\$ 4,8 bilhões. Nos últimos oito meses, a dívida mineira aumentou 25%, enquanto a receita tributária do estado apresentou crescimento zero. Para agravar a situação, os gastos com funcionalismo também subiram, passando de 64% na folha de pagamentos de pessoal, em dezembro de 1994, para 72% no mês passado.

O secretário da Fazenda de Minas critica "a inércia do governo federal"

Enquanto a dívida aumentou por conta dos juros, os gastos com pessoal se elevaram devido a reajustes com salários dos professores primários, aposentadorias e outros fatores fora do controle da administração. "A folha cresce vegetativamente", diz João Heraldo. Depois de aumentar quase 80% no segundo semestre do ano passado, no impulso da implantação do Plano Real, a receita tributária mineira perdeu fôlego, e, em agosto passado, caiu entre 4 e 5% em relação ao mês anterior, devendo se manter no mesmo patamar neste mês, segundo as previsões do secretário da Fazenda.

Se nada for feito, a dívida mobiliária mineira chegará a R\$ 8 bilhões até o final do ano, diz João Heral-

do. Isso, admite ele, criaria um impasse sem solução pelos meios normais. No momento, o governo mineiro tem recorrido ao velho recurso do atraso nos pagamentos para enfrentar esse desequilíbrio nas finanças. Os atrasos com fornecedores e construtores de obras, revela o secretário da Fazenda, varia atualmente entre 45 e 55 dias. Ele destaca, porém, a possibilidade de atrasos nos pagamentos dos funcionários, hipótese que chegou a ser admitida pelo secretário da Administração, Cláudio Mourão.

"A situação de Minas está muito apertada, mas dentro desse deserto atual não estamos entre os estados em pior condição", ressalta João Heraldo. Outra medida de curto prazo, tomada pelo governo mineiro, aponta ele, é o combate à sonegação, por meio do aumento na fiscalização. Entre as soluções de médio prazo, ele destaca o programa de privatização e venda de patrimônio público e a criação da Caixa de Administração da Dívida Pública, a Cadiv, que vai gerir a dívida mobiliária mineira. Usando ações da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e do Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), a CADIV venderá debêntures de longo prazo e com os recursos arrecadados iniciará a recompra das letras do Tesouro do Estado, de prazo curto e custo elevado.

O projeto da Cadiv está em tramitação na Assembleia Legislativa e o governo espera sua aprovação em outubro. "Com a criação da Cadiv, teremos um instrumento à mão para usar, quando houver oportunidade", explica João Heraldo, tentando evitar a supervalorização do papel do órgão. A efetiva solução do problema da dívida, reitera ele, passa pela renegociação junto ao governo federal dos seus prazos e condições de pagamento.

20 SET 1995